

McQUAIL, Denis. **Atuação da mídia:** comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.

## Mídia e Interesse Público na Democracia

Chalini Torquato Gonçalves de Barros<sup>1</sup>

Chega ao Brasil a tradução de uma importante obra para área das Ciências da Comunicação de autoria do teórico Denis McQuail, professor emérito e membro honorário da *University of Amsterdam School of Communication Research (ASCoR)*. Originalmente publicada sob o título “*Media Performance: Mass Communication na the Public Interest*”, em 1993 pela editora Sage, a obra tem sua edição brasileira lançada pela editora Penso, de Porto Alegre, contando com a tradução de Kátia Reis e revisão de Marcia Benetti.

“*Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público*” consiste numa série de reflexões motivadas pelo advento de mudanças econômicas e sociais decorrentes da chamada sociedade da informação e pela necessidade identificada pelo autor de discutir, neste ensejo, ideias antigas e novas a respeito do “interesse público” relacionado à comunicação de massa. Ele conduz seu raciocínio a partir da discussão conceitual desta expressão que, dada sua formulação imprecisa e por vezes inadequada, tem levado alguns autores a considerarem abandoná-la. McQuail (2012), ao mesmo tempo em que reconhece tais dificuldades, reforça a relevância de sua discussão para o norteamento de valores normativos diante de questões desafiadoras para a ordem democrática. A origem de tal conceito já estaria ligada ao reconhecimento de certos serviços e profissões que de tamanha importância social, deveriam ser garantidos dignamente a todos os cidadãos ao invés de relegados às volatilidades do mercado.

McQuail (2012) apresenta uma tipologia a partir da qual se poderia entender o conceito de “interesse público” de três formas: 1) pela *teoria da preponderância* que o

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestre pelo Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom/UFBA). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Centro Universitário Jorge Amado. E-mail: chalini Barros@gmail.com.

traduz pela soma de preferências individuais medida pela regra da maioria; 2) pela *teoria do interesse comum* que alinha-se com a “vontade geral” de Rousseau e refere-se a interesses comuns a todos os membros como serviços básicos de energia e transporte; 3) ou pela *teoria unitária* que baseia-se em algum princípio normativo tomado como absoluto, fundamentado em valores ideológicos que acabam se tornando um fim em si próprios, autojustificando-se.

Ao relacionar tais perspectivas com o estudo dos meios de comunicação, McQuail afirma que uma abordagem próxima a primeira teoria deve ser descartada por ser insuficiente na medida em que tende a se utilizar de pesquisas de opinião pública seguindo a lógica de “dar ao público o que ele deseja” alterando, assim, o sentido do termo para “interesse do público”, uma prática que teria como tendência a supressão de interesses de minorias. No que se refere a perspectiva “unitária”, ele observa uma tendência fortemente autoritária e paternalista de modo a apresentar discursos enviesados e ideologicamente contestáveis. A interpretação a partir do “interesse comum”, por sua vez, é vista como mais adequada pelo autor, pois interpreta os serviços oferecidos da mídia como um “bem comum” maior que transcende os interesses e preferências individuais.

Esta compreensão irá orientar ainda a noção de “preferências conflitantes” que é assumida por McQuail ao propor, no Capítulo 3, uma sistematização de ambientes discursivos, como fóruns institucionalizados, nos quais os valores tidos como fundamentais pelos diversos atores políticos (ou “agentes de preferência”) são reivindicados orientados por suas respectivas ideias sobre o que seja de interesse público. Esta configuração de tomada de decisão legal baseada no julgamento de ideias conflitantes tornar-se-ia, pois, desejável em detrimento da coerção impositiva de normatividades unilaterais.

McQuail afirma não crer em teorias normativas e nem mesmo pretender, por isso, orientar-se pela criação de uma ordem própria de reivindicação especial nem de nenhum conjunto de valores específicos. Pretende, isto sim, representar com fidelidade as principais ideias evolutivas que são demonstradas em debates públicos e regulamentações referentes à atuação da mídia e, assim, organizar termos e ideias mais frequentes em uma matriz condutiva unificada e coerente, mas não fechada.

Para tentar alcançar critérios de maior consistência de análise, McQuail (2012) propõe-se, então, a fazer um inventário através do levantamento de leis, normas,

códigos, decisões judiciais, recomendações de estudos e pesquisas realizadas em diversos países de modo a encontrar denominadores comuns. Ele observa, portanto, quais as atitudes de países como Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Alemanha, França, Suécia e Holanda, tomaram diante de questões relacionadas a regulamentações sobre a atuação da mídia, observando, especialmente, as considerações sobre valores democráticos que estavam ali presentes.

Diante da dificuldade de estabelecer um ponto de partida mais concreto, McQuail (2012) opta por se utilizar de princípios-chave que toma como valores centrais amplamente aceitos na sociedade moderna ocidental: liberdade, justiça/igualdade, ordem/solidariedade. A partir da análise separada desses três princípios, ele elabora um esquema de organização em que os agrupa relacionando, ainda, com valores de segunda ordem, que estão ligados a cada um deles, desse modo: independência, acesso, diversidade (como aspectos mais ligados a liberdade); objetividade, solidariedade (relacionados principalmente com a igualdade); controle social e cultura simbólica (relativos à ordem/solidariedade, ou coesão social). Dentro dessas ramificações, esses subvalores ainda se inter cruzam com outros dos três princípios centrais formando novas relações. Tais temas e suas complexas interrelações são, então, destrinchados em seus capítulos subsequentes em que o autor oferece respectivos instrumentos de mensuração e análise para futuras pesquisas.

É possível destacar, portanto, que dentre as diversas contribuições trazidas pela obra, está o oferecimento de bases para o desenvolvimento de recursos metodológicos para que pesquisas sobre objetos pertinentes a essa temática possam se desenvolver com maior fundamento. Tal segurança é sustentada no equilíbrio entre a vastidão, de uma ampla revisão bibliográfica, por um lado, e precisão teórica, numa abordagem integradora e sintética, por outro, complementada ainda por um senso crítico apurado, elementos que apenas um autor de larga experiência é capaz de oferecer de maneira coerente.

Tratar a obra meramente como uma exímia revisão de literatura, como o fez Pritchard (1993), entretanto, não parece justo com a contribuição oferecida por "*Atuação da mídia*". Tal suposição reflete uma visão reducionista quando parece não reconhecer que além da necessária e interdisciplinar abrangência compreensiva que tal objeto de estudo impõe para sua, igualmente necessária, construção teórica e conceitual, ele

avança ainda por uma construção não fechada, mas sistematizada e essencialmente relacional (ou relativizada) que a noção de “interesse público” pressupõe.

Entretanto, algumas limitações podem ser observadas na obra como a referência a leis canadenses que desde o período do lançamento original, segundo Pritchard (1993), já se encontravam desatualizadas, além, é claro, de uma desatualização própria de uma publicação escrita há vinte anos. O próprio McQuail reconhece tais insuficiências, no prefácio que escreve à edição brasileira, afirmando que pelo menos dois elementos imprescindíveis são ausentes. Um deles é o crescimento da internet e a série de repercussões que ela traz para diversas esferas da sociedade. O outro é a ampla aceitação do ideal neoliberal que consagra a liberdade de mercado para determinar estruturas e estabelece o entendimento do interesse público muito mais aproximado com a escolha de consumo a partir do qual “os critérios de atuação da mídia baseados em outros valores essenciais parecem ser, em grande parte, irrelevantes” (McQUAIL, 2012, p. 10).

De todo modo, as principais discussões ali presentes como, por exemplo, a de critérios definidores para se pensar em “valores fundamentais” de comunicação mais democrática, estão longe de se esgotar no meio político e acadêmico. Como afirma McQuail, “a intenção da obra sempre foi refletir um conjunto de valores amplamente utilizados que fosse fundamental para as ideias de uma imprensa livre em uma sociedade democrática, uma sociedade governada de acordo com a vontade popular de tal forma que promova o bem geral de toda a sociedade” (McQUAIL, 2012, p. 9). O mérito de “*Atuação da mídia*” reside, portanto, no justo fato de instigar discussões ainda tão atuais sobre conceitos ainda tão indeterminados e, ao mesmo tempo, essenciais para dimensionar direitos de cidadania que se tornam merecedores de revisão e aprimoramento constantes.

Assim, seja pelo rico levantamento histórico e bibliográfico que traz – presente pela grande preocupação em montar um quadro interpretativo teórico e conceitual – seja pela proposição de caminhos resolutivos para um tema tão relevante e pouco consensual, a obra de McQuail (2012) é de figuração necessária aos planos de conteúdo de disciplinas de comunicação e aos pesquisadores que se dedicam à complexa compreensão da relação entre mídia, interesse público, regulação e democracia, oportunizada em linguagem bastante acessível e, agora, traduzida também ao português.



### Referência

Pritchard, David. "Media Performance: Mass Communication and the Public Interest"  
Review. *Canadian Journal of Communication*. Vol 18, No 4 (1993).